

DECRETO Nº 7.721, DE 31 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE FUNCIONAMENTO FEIRA LIVRE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMBITO DO MUNICIPIO DE ITURAMA FACE O RECONHECIMENTO DE PANDEMIA PELA OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, EM VIRTUDE DE DOENÇA INFECCIOSA VIRAL RESPIRATÓRIA – COVID-19, CAUSADA PELO AGENTE NOVO CORONAVÍRUS – SARS-COV-2 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o dispositivo no inciso VI, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS em 11 de março deste ano;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, e Portarias n.º 188, de 03 de fevereiro de 2020, e n.º 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, e no Decreto Estadual n.º 113, de 12 de março de 2020, bem como pela Portaria Interministerial n.º 5/2020;

CONSIDERANDO o reconhecimento de Pandemia pela OMS – Organização Mundial de Saúde, em virtude de doença infecciosa viral respiratória – COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus – SARS-CoV-2, que constitui desastre tipificado pela Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), com o n.º 1.5.1.1.0, nos termos da Instrução do Ministério da Saúde n.º 02/16;

CONSIDERANDO a decisão liminar concedida monocraticamente, posteriormente confirmada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais nos autos da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 4592463-95.2020.8.13.0000 (1.0000.20.459246-3/000), restando claro que o Município não poderá adotar normas mais flexíveis ao funcionamento das atividades econômicas daquelas determinadas pelo Governo Estadual;

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 012/2020, de 30 de março de 2020, da área técnica da Confederação Nacional dos Municípios, que trata da importância da manutenção das feiras livres para evitar o desabastecimento nos municípios;

DECRETA:

Art. 1º As feiras livres deverão funcionar segundo regramento disposto neste Decreto e na legislação municipal vigente, devendo os feirantes se adequarem para exercerem suas atividades durante o período de Situação de Emergência em Saúde Pública decretado pelas autoridades sanitárias, destinando-se exclusivamente ao comércio varejista de produtos hortifrutigranjeiros, produtos de origem animal, produtos alimentícios para consumo imediato e produtos industrializados por agroindústria rural de pequeno porte, a ser realizado pelo agricultor familiar do município

§ 1º. A Feira Livre da Agricultura Familiar funcionará às quartas - feiras e com início às 17:00 horas e término às 21:00 horas , podendo ser antecipado ou prorrogado o seu funcionamento, por motivo de força maior, a critério da Prefeitura Municipal, sempre por decreto.

Art. 2º. Cabe à municipalidade por meio de suas equipes de fiscalização:

I – evitar a ocorrência de filas ou aproximações, preservando distância mínima de 2,0 m (dois metros) entre as barracas, a fim de impedir qualquer forma de aglomeração;

II – solicitar auxílio da Polícia Militar para controle e fiscalização das medidas deste Decreto e da legislação vigente;

III – orientar a população quanto à circulação no espaço e distanciamento;

IV – manter cadastro atualizado dos feirantes, contendo a informações do quantitativo de tabuleiros autorizados, identificando a origem de cada um e os produtos comercializados;

V – exigir o cumprimento do horário estabelecido para o funcionamento das feiras.

Art. 3º. É dever dos feirantes:



I – redobrar os cuidados com a higiene, adotando medidas antissépticas no manejo, comercialização e entrega de seus insumos;

II – manter espaçamento lateral de, no mínimo, 2,0 m (dois metros) entre uma banca e outra, não deixando produtos armazenados ao seu redor, os quais deverão ser depositados nos tabuleiros ou armazenados por debaixo dos mesmos, afastados do chão.

III – solicitar aos clientes, a manutenção da distância de 1,5 metros entre uma pessoa e outra;

IV – impedir a degustação de alimentos no local, sendo vedado, inclusive, o fornecimento de bancos, cadeiras, mesas ou qualquer outra medida que favoreça o consumo no local;

V – respeitar as orientações para a montagem das barracas, como forma de garantir o maior espaço possível para o fluxo de pessoas;

VI – manter distância do cliente para evitar o contato respiratório muito próximo.

VII – fica expressamente proibido estacionar veículos no local da feira, excetuando os feirantes já licenciados que comercializam “caldo de cana” e “lanches em geral”;

VIII – os feirantes que comercializam os produtos do gênero alimentício para o consumo imediato no local, como “caldo de cana” e “lanches em geral”, somente poderão exercer a atividade em regime de retiradas em balcão, por meio do devido acondicionamento do alimento para viagem;

IX – o feirante deverá acondicionar adequadamente os resíduos produzidos na área em que está instalado;

X – todas as bancas que trabalham com temperos e condimentos, lanches e similares, caldo de cana e pasteis deverão manter a face frontal e as faces laterais envoltas por material plástico de PVC transparente, com aberturas para passagem de dinheiro ou de outro meio de pagamentos, e dos produtos comercializados, de modo a evitar o contato direto entre feirante, auxiliares e empregados, com os alimentos.

XI- Será obrigatório em toda barraca o uso de lixeiras para o recolhimento de restos, papéis, casca de frutas, folhagens, e outros resíduos sólidos, preferencialmente de forma seletiva (orgânicos e recicláveis e outros), ficando o feirante responsável pela limpeza do local ocupado pela sua barraca ou banca ao término da feira.

XII – manter auxiliar, preposto ou empregado em sua barraca, apenas para realizar atividade de reposição, venda ou de recebimento de pagamentos.

Art. 4º. Não é permitido o abandono de mercadorias no recinto da Feira Livre e nem o seu descarte nas vias públicas, devendo cada feirante responsabilizar-se pelo recolhimento de toda a sobra e retirada do lixo produzido no local.

Art. 5º. É dever dos consumidores:

I – manter a distância mínima de 1,5m (um metro e meio) entre uns e outros, evitando aglomerações;

II – não frequentar a feira livre caso apresentem algum sintoma de gripe (tosse, congestão nasal, febre, dores musculares, falta de ar, calafrios, coriza e fadiga);

III – não cumprimentar as pessoas com proximidade (aperto de mão, beijo ou abraço);

IV – buscar celeridade em suas compras, permanecendo na feira o menor tempo possível e, ao retornar para casa, lavar imediatamente as mãos com água e sabão até a altura dos cotovelos ou utilizar álcool gel. Também deverão ser higienizados todos objetos e produtos levados e/ou trazidos da feira (legumes, frutas, verduras, chave, celular etc.);

V – frequentar a feira, preferencialmente, apenas uma pessoa por família;

VI – pessoas que se enquadram no grupo de risco, inclusive idosos com mais de 60 anos, devem evitar ir à feira;

VII – não levar crianças para as feiras.

VIII – não consumir quaisquer produtos alimentícios no perímetro da feira.

Art. 6º. Os feirantes deverão atuar de forma cooperada com o Poder Público, com ações que venham desestimular quaisquer iniciativas que violem as medidas de segurança necessárias e estabelecidas neste Decreto e demais leis municipais que tratam da espécie.

Art. 7º. É obrigatório o uso de máscaras de proteção facial por todas as pessoas presentes no perímetro das feiras livres (feirantes, consumidores, clientes, transeuntes e agentes públicos).

Art. 8º. Ao Feirante que infringir os termos deste Decreto ou cometer conduta desrespeitosa para com os Agentes da Fiscalização e seus apoiadores, será aplicada sanção administrativa, nos termos da Lei, podendo ser suspenso do cadastro para participação de todas as Feiras Livres de Iturama, pelo período de 15 a 60 dias, de acordo com a gravidade da infração.

Parágrafo único. Na hipótese de reincidência, o feirante infrator poderá ser excluído do cadastro mencionado no caput, bem como conduzido à autoridade policial judiciária para apuração de eventual delito, nos termos dos artigos 267, 268, 330 e 331, todos do Código Penal Brasileiro.

Art. 9º. Os feirantes são obrigados a adotarem as boas práticas de fabricação de alimentos e a declarar o local onde estão instaladas suas culturas. Esta conduta será exigida a qualquer momento através de inspeções periódicas realizadas pela VISA, IMA e EMATERMG.

Art. 10. Para os fins do cumprimento deste Decreto, as equipes de fiscalização, seja da Vigilância Sanitária, seja da Coordenação de Posturas, poderão aplicar imediatamente as sanções administrativas, bem como acionar a Polícia Militar para encaminhamento à Delegacia, verificando se a conduta configura os crimes previstos nos artigos 267, 268 e 330 do Código Penal.

Art. 11. As medidas deste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser prorrogado a critério da Administração Pública.

Iturama-MG, 31 de Agosto de 2020.

ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Iturama/MG.